



APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO DA RFPTD

A 22ª edição da **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento** é publicada em um momento particularmente relevante para o Direito Tributário e o Direito Financeiro. As profundas transformações normativas experimentadas pelo Sistema Tributário Nacional nos últimos anos, especialmente a partir da reforma da tributação sobre o consumo, convivem com mudanças igualmente importantes na relação entre Fisco e contribuinte, na administração tributária, no controle dos benefícios fiscais e nos mecanismos de prevenção e solução de conflitos.

Esse ambiente de transformação exige da pesquisa jurídica mais do que a descrição das alterações legislativas. Exige reflexão crítica sobre as escolhas institucionais realizadas, seus fundamentos, seus efeitos e suas possíveis consequências econômicas, federativas e sociais. Os artigos reunidos nesta edição refletem essa preocupação e, embora partam de objetos distintos, compartilham o propósito de compreender algumas das principais mudanças em curso no sistema tributário brasileiro.

A edição se inicia com o artigo **“Controle ex ante e ex post dos benefícios fiscais no Brasil pós-Lei Complementar nº 224/2025: uma análise comparada”**, de **Leonardo Aguirra de Andrade**, que examina os mecanismos brasileiros de controle das renúncias de receita à luz das modificações promovidas pela Lei Complementar nº 224/2025. A partir da comparação com nove ordenamentos estrangeiros, o estudo identifica avanços no modelo brasileiro, mas também aponta a persistência de importantes lacunas, entre elas a ausência de mecanismos sistemáticos de verificação da acurácia das estimativas de impacto dos benefícios fiscais e de uma avaliação externa independente de seus resultados.

Em **“Do Direito Tributário Sancionador ao Código de Defesa do Contribuinte: crise do paradigma analítico e aportes da Teoria da Regulação Responsiva”**, **Antônio de Moura Borges** e **Thiago Holanda González** deslocam a discussão para as relações entre Administração Tributária e contribuintes. Os autores questionam as limitações da dogmática analítica tradicional diante da elevada litigiosidade tributária brasileira e investigam as contribuições da Teoria da Regulação



Responsiva para a construção de relações mais cooperativas, estabelecendo diálogo entre essa perspectiva, o *cooperative compliance* e o Código de Defesa do Contribuinte.

A tributação corretiva decorrente da reforma é objeto do artigo **“Nem todo risco autoriza o Imposto Seletivo: prejudicialidade tributariamente qualificada e calibragem da extrafiscalidade sanitária”**, de **Joedson de Souza Delgado e Fernanda de Holanda Paiva Nunes**. O trabalho enfrenta uma questão central para a compreensão dos limites constitucionais do novo Imposto Seletivo: nem todo risco associado a determinado produto é suficiente para legitimar seu desestímulo por meio da tributação. Tomando a cafeína concentrada e os suplementos psicoestimulantes como caso-limite, os autores propõem um teste de “prejudicialidade tributariamente qualificada”, contribuindo para a construção de critérios jurídicos de legitimação e calibragem da extrafiscalidade sanitária.

Também com uma abordagem metodológica que ultrapassa os limites da análise dogmática tradicional, o artigo **“A modulação de efeitos em matéria tributária no Supremo Tribunal Federal: uma abordagem empírica à luz da Análise Econômica do Direito”**, de **Marcos Rodrigues**, investiga a utilização da modulação de efeitos pelo Supremo Tribunal Federal nos temas tributários de repercussão geral julgados entre 2007 e 2025. Combinando investigação quantitativa e qualitativa com aportes da Análise Econômica do Direito, o estudo examina os fundamentos utilizados pela Corte e os incentivos decorrentes de seu padrão decisório, defendendo maior objetividade e transparência na utilização da técnica de modulação.

Os efeitos da reforma sobre setores e formas específicas de organização econômica aparecem em **“O adequado tratamento tributário do ato cooperativo médico: do contencioso administrativo federal ao regime da Lei Complementar nº 214/2025”**, de **Demetrius Nichele Macei e Rubens Ferreira Junior**. O artigo confronta a garantia constitucional de tratamento tributário adequado ao ato cooperativo com decisões recentes do CARF e com o regime instituído pela Lei Complementar nº 214/2025, discutindo especialmente as peculiaridades das cooperativas médicas e propondo uma distinção entre repasses de produção, sobras e atos não cooperativos.

A dimensão federativa da reforma ocupa posição de destaque no artigo **“O Comitê Gestor do IBS como arena de veto: quem decide depressa manda em quem**



decide devagar”, de **Natalia Faria de Souza**. A partir da teoria dos atores com poder de veto, o trabalho analisa criticamente o desenho institucional do Comitê Gestor do IBS e sustenta que a reforma, ao mesmo tempo em que reduziu determinados pontos de veto no plano constitucional, pode tê-los recriado no plano institucional. Especial atenção é dedicada à coordenação entre IBS e CBS e à possível assimetria entre a capacidade decisória da União e a estrutura colegiada do Comitê Gestor.

No campo da tributação internacional, **Antonio Lopo Martinez**, em **“Prevenção de disputas em preços de transferência no novo regime brasileiro: limites estruturais do APA unilateral da Lei nº 14.596/2023 e o desafio constitucional do desenho regulamentar”**, analisa a transformação do regime brasileiro de preços de transferência e os mecanismos destinados a prevenir conflitos. O estudo identifica limitações no desenho dos acordos prévios sobre preços de transferência — APAs — e, por meio de análise normativa, dogmática e comparada, discute aspectos como a configuração unilateral do instrumento, sua articulação com programas de conformidade, a rede brasileira de tratados e sua relação com o contencioso administrativo.

A edição dedica ainda atenção à tributação de um setor essencial para a economia e para a vida social. Em **“Tributação da energia elétrica, o ICMS e os impactos da Reforma Tributária”**, **Gustavo da Gama Vital de Oliveira e Michelle Trindade** examinam a elevada e complexa carga tributária incidente sobre a energia elétrica, as controvérsias historicamente relacionadas ao ICMS e as transformações decorrentes da substituição do atual modelo de tributação do consumo pelo novo sistema instituído pela reforma.

Ainda no setor elétrico, mas sob perspectiva distinta, **Paulo Rosenblatt e Rodrigo Zovka da Paz**, no artigo **“A responsabilidade tributária das distribuidoras de energia elétrica pela COSIP: substituição tributária ou delegação da capacidade tributária ativa?”**, investigam a natureza jurídica da posição ocupada pelas distribuidoras na arrecadação da contribuição para o custeio da iluminação pública. O trabalho distingue responsabilidade tributária e delegação da capacidade tributária ativa e demonstra as consequências práticas dessa qualificação, especialmente no contexto das parcerias público-privadas de iluminação pública e do cofaturamento da COSIP.



Por fim, **Ricardo Lodi Ribeiro**, em “**As alterações no CTN pela LC nº 236/2026**”, examina uma transformação de grande alcance no Direito Tributário brasileiro. O artigo sistematiza as modificações introduzidas no Código Tributário Nacional em matérias como interpretação administrativa, proteção da confiança, conformidade tributária, fiscalização, sanções, decadência e prescrição, consensualidade e processo administrativo fiscal. O estudo identifica nessas alterações a busca por um novo equilíbrio entre as garantias dos contribuintes e a segurança da arrecadação, com o estabelecimento de padrões nacionais para a atuação da Administração Tributária.

O conjunto dos trabalhos revela a amplitude das questões que atualmente desafiam o Direito Tributário e o Direito Financeiro. A reforma tributária não se esgota na substituição de tributos ou na reorganização das competências impositivas. Ela alcança o federalismo fiscal, os modelos de governança, a tributação setorial, as relações entre Fisco e contribuinte, os mecanismos de conformidade, a prevenção de litígios, a proteção da confiança e o próprio modo como o Estado formula, executa e controla suas escolhas fiscais.

Há, nesse sentido, um elemento que aproxima os diferentes estudos publicados nesta edição: a preocupação em compreender o sistema tributário não apenas como um conjunto de normas de incidência, mas como uma instituição que produz incentivos, distribui recursos e encargos, condiciona comportamentos e estabelece relações entre Estado, contribuintes e sociedade.

Ao reunir pesquisas dogmáticas, empíricas, comparadas e interdisciplinares, a **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento** reafirma, em sua 22ª edição, seu compromisso com a produção acadêmica crítica e metodologicamente qualificada e com o diálogo entre Direito Tributário, Direito Financeiro, Economia, políticas públicas e desenvolvimento.

Esperamos que os trabalhos aqui publicados contribuam não apenas para a compreensão das transformações em curso, mas também para o desenvolvimento de novas perguntas e novas agendas de pesquisa. Em um período de reconstrução de importantes estruturas do sistema tributário brasileiro, a reflexão acadêmica assume papel especialmente relevante: compreender criticamente as mudanças realizadas é condição



necessária para avaliar seus resultados e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

RICARDO LODI RIBEIRO¹

JULIO CESAR SANTIAGO²

¹ Editor Chefe da RFPTD.

² Editor Adjunto da RFPTD.



EDITOR CHEFE

Ricardo Lodi Ribeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

EDITOR ADJUNTO

Julio Cesar Santiago, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

PRESIDENTE DO CONSELHO EDITORIAL ("IN MEMORIAM")

Ricardo Lobo Torres, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Humberto Ávila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

James Marins, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

José Casalta Nabais, Universidade de Coimbra, Portugal

Luís Eduardo Schoueri, Universidade de São Paulo, Brasil

Marciano Seabra de Godoi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Pedro M. Herrera Molina, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Ricardo Lodi Ribeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

CONSELHO DE PARECERISTAS

Adilson Rodrigues Pires, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Alexandre Naoki Nishioka, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. André Alves Portella, UFBA, UCSAL, UNIFACS, Brasil

André Folloni, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

André Mendes Moreira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil



Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Centro Universitário de Brasília, Brasil

Arthur Maria Ferreira Neto, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Alexandre de Azevedo Campos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Araújo Leonetti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Carlos Eduardo Peralta Montero, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Cláudio Lopes Preza Júnior, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Cleucio Santos Nunes, Universidade Católica de Brasília, Brasil

Cristiane Miranda Botelho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Olímpio Oliveira, Universidade Federal de Lavras, Brasil

Denise Lucena Cavalcante, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Elizabete Rosa de Mello, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Fabio Zambitte Ibrahim, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gustavo da Gama Vital de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Hugo de Brito Machado Segundo, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Igor Mauler Santiago, Faculdades Milton Campos, Brasil

James Marins, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

João Bosco Coelho Pasin, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Jonathan Barros Vita, Universidade de Marília, Brasil

José Eduardo Silvério Ramos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

José Manuel Almudí Cid, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Maria Arruda de Andrade, Universidade de São Paulo, Brasil

Julio Cesar Santiago, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



Karem Jureidini Dias, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, Brasil

Karoline Marchiori de Assis, Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Larissa Rodrigues Laks, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Liziane Angelotti Meira, Universidade Católica de Brasília, Brasil

Ludmila Mara Monteiro de Oliveira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Luís Cesar Queiroz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Luís Eduardo Schoueri, Universidade de São Paulo, Brasil

Luís Flávio Neto, International Bureau of Fiscal Documentation, Países Baixos

Marcos Aurélio Pereira Valadão, Universidade Católica de Brasília, Brasil

Marciano Buffon, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Marciano Seabra de Godoi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Marcus Lívio Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Mariana Barboza Baeta Neves Matsushita, Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo, Brasil

Marta Villar Ezcurra, Universidad de San Pablo, Espanha

Onofre Alves Batista Júnior, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Oscar Valente Cardoso, Centro Universitário Cenecista de Osório, Brasil

Pablo Andrés Hernandez González-Barreda, Universidad Pontificia Comillas, Espanha

Paulo Caliendo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Rafhael Frattari Bonito, Fundação Mineira de Educação e Cultura, Brasil

Regina Helena Costa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Robson Maia Lins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Rodolfo Tamanaha, Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, Brasil



Sérgio André Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Sérgio Vasques, Universidade de Lisboa, Portugal

Simone Rodrigues Costa Barreto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Tacio Lacerda Gama, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Tarcisio Diniz Magalhaes, International Bureau of Fiscal Documentation, Países Baixos

Valter Souza Lobato, Faculdade Milton Campos, Brasil